

BOLETIM 303

Brasília, 24 de fevereiro de 2017

Empossada nova diretoria da FETICOM-MG em clima de união e luta

Foi empossada, no último dia 22 de fevereiro, em Belo Horizonte (MG), a nova diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de Minas Gerais (FETICOM-MG).

A solenidade ocorreu na própria sede da Federação, em Belo Horizonte. Participaram da cerimônia de posse presidentes e diretores de organizações sindicais de todo o país, além de outras lideranças da sociedade e amigos e familiares dos diretores eleitos.

O presidente da CONTRICOM, - Francisco Chagas Costa – Mazinho, deu posse à nova diretoria, ocasião em que agradeceu a recepção e desejou sucesso ao presidente Wilson Geraldo Sales da Silva e a toda diretoria. Marcou presença também no evento o ex-presidente da FETICOM-MG, Teófilo Ribeiro da Silva; e o presidente em exercício da FETRACONSPAR, Reinaldim Barboza Pereira, que também é da direção da CONTRICOM.



Wilson Sales, ladeado por Mazinho, faz seu pronunciamento na solenidade de posse



Mazinho, ladeado por Teófilo, entrega o diploma ao novo presidente da entidade, Wilson Sales

Wilson Sales: união para enfrentar as ameaças contra os trabalhadores

Wilson Geraldo Sales da Silva, que também preside o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, do Mobiliário e da Extração de Mármore, Calcário e Pedreiras de Pedro Leopoldo, Matozinhos, Prudente de Moraes

Capim Branco e Confins (SINTICOMEX) — assume o mais alto cargo da entidade, para um mandato de três anos (2017-2020).

O novo presidente da FETICOM-MG, em seu discurso de posse, destacou a importância de uma classe trabalhadora mais unida, especialmente no atual momento do Brasil. “Temos de estar juntos nas principais questões desse país. Com a crise que passamos e com as propostas de reformas da previdência e trabalhista, feitas pelo atual governo, precisamos unir ainda mais os trabalhadores e lutar contra essas injustiças”, ressaltou.

“Nunca fomos tão ameaçados como agora. A reforma da previdência é um absurdo, e a flexibilização das leis de trabalho acabará com o salário no país. Por isso, temos uma responsabilidade enorme; precisamos parar com disputas internas e lutar contra o governo e seus apoiadores”, complementou.

Mazinho: é hora de pressionar nas bases para barrar os retrocessos

O presidente da CONTRICOM analisou as propostas de reformas previdenciária e trabalhista. De acordo com ele, as lideranças sindicais nos estados precisam se reunir com políticos de suas regiões e pressionar para que eles não se posicionem a favor das reformas.

“Temos transmitido essa mensagem em todo o país. Precisamos manter o nosso objetivo principal e a nossa razão de ser, que é combater injustiças e defender os interesses da classe trabalhadora. Isso em qualquer situação, seja na aposentadoria, na reforma trabalhista e sindical e na empregabilidade”, destacou Mazinho.



Teófilo, Wilson Sales e Mazinho (ladeado por sua esposa, dona Ligia) durante a posse da diretoria

Confira a nova diretoria da FETICOM-MG:

Presidente, Wilson Geraldo Sales da Silva; **vice-presidente**, Reinaldo Rosa de Souza; **1º secretário**, Vicente de Paulo Caixeta; **2º secretário**, Márcio Mendes Almeida; **1º tesoureiro**, Zildo Gomes Viana; **2º tesoureiro**, Haroldo Biancasteli.

Bibliotecário, Armando Santos da Silva.

Suplentes Diretoria: Mauricio dos Santos Assis, Ricardo Nogueira Carvalho, Juscelino José Pinto, Joaquim Luiz de Freitas, João Francisco Felisbino Andrade, Aluisio de Jesus Arruda, Realino Rodrigues de Oliveira.

Conselho Fiscal Efetivos: Teófilo Ribeiro da Silva, João Luiz Aparecido da Silva, Valdeci Geraldo da Silva.

Conselho Fiscal Suplentes: Celso Alves Moreira, Ivanildo Leandro dos Santos, Pedro Donizete de Oliveira Jr.

Delegados Representantes Efetivos: Wilson Geraldo Sales da Silva e Reinaldo Rosa de Souza

Delegados Representantes Suplentes: Celso Alves Moreira e João Francisco Felisbino Andrade

Fonte: FETICOM-MG/Comunicação CONTRICOM

Queda da Selic mantém o Brasil com a maior taxa de juro real do mundo

Não há o que comemorar com a redução de 0,75 ponto percentual da taxa básica de juros (Selic), anunciada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central na quarta-feira (22). A Selic caiu de 13% para 12,25%. Descontada a inflação, a taxa real de juros praticada no Brasil continua a maior do mundo.

Segundo a consultoria Moneyou, que considera a projeção da inflação dos próximos doze meses, a taxa real no Brasil está em 7,30% ao ano – muito distante do segundo colocado no ranking de juros reais realizado entre as 40 maiores economias do mundo-, a Rússia (4,91% ao ano), e ainda mais distante da média mundial (-2,2%). Em 2016, o Brasil fechou o ano com uma taxa de juro real em 8,53% ao ano, a maior do mundo.

Agora, com a Selic em 12,25% ao ano, a taxa nominal “no menor patamar dos últimos dois anos” é capitalizada pelo governo Temer como uma grande medida de contenção da crise, e que o diferencia da gestão da sra. Rousseff, de quem foi vice. A taxa nominal de juros no último mês sob a direção de Dilma, em março de 2016, era de 14,25%, dois pontos percentuais mais alto do que a de Temer. Mas, em termos reais, a taxa desse mesmo mês era de 6,79%, menor, portanto, do que a praticada hoje.

A Selic, propositalmente reduzida em menor proporção do que a inflação, continua sendo um dos principais venenos para o setor



produtivo e a principal forma de lucro dos bancos e demais rentistas.

No fim das contas, quem paga pela crise que tem como principal causa a transferência deliberada de recursos públicos aos bancos é o povo, que continua sofrendo com o crescimento do desemprego, o arrocho salarial e os cortes nas áreas sociais.

Enquanto o país atravessa uma das maiores crises de sua história – e o governo atribui o caos aos gastos com Saúde, Educação e Previdência – os bancos nunca estiveram tão bem.

O lucro líquido dos três maiores bancos privados - Itaú, Bradesco e Santander nunca bateu tantos recordes como nos últimos anos acumulando entre os governos Dilma e Temer R\$ 236 bilhões de ganhos.

Apenas em 2016, ano em que cortes nos gastos de áreas essenciais à população foram anunciados, a investida contra a Previdência começou, mais de 12 milhões de pessoas perderam seus empregos, a produção industrial desabou e milhares de empresas fecharam as portas, os três bancos somaram juntos lucro líquido de R\$ 50,2 bi e o país caminha para mais um ano de recessão.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Com R\$ 100 bi “travado”, BNDES financia leilão das empresas de água

O BNDES anunciou a privatização das empresas de saneamento de Pernambuco, Maranhão, Sergipe, Alagoas, Pará e Amapá.

Além de devolver o aporte de R\$ 100 bilhões do Tesouro - que foram usados por Meirelles exclusivamente para pagamento de juros-, o banco está “sentado” em outros R\$ 100 bilhões em caixa. São recursos públicos que ao invés de estar sendo direcionado às empresas genuinamente nacionais, para alavancar a economia, estão concentrados nas privatizações, como o recente anúncio do empréstimo de 2,56 bilhões para a Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE), sob o controle acionário da estatal chinesa State Grid.

Como declarou o presidente da Abiplast (indústria de plástico), José Ricardo Roriz Coelho, “é consenso no empresariado a reclamação sobre o BNDES. Ele está travado. O banco está sentado no dinheiro e até devolveu recursos ao Tesouro no ano passado”.

No segundo semestre de 2016, houve queda de 17,2% nas consultas do BNDES em relação ao mesmo período de 2015, os desembolsos caíram 30,5% e as aprovações, 41%.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Aneel repassa a usuários rombo de R\$ 62,2 bi

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) determinou que o pagamento de R\$ 62,2 bilhões em indenizações para as transmissoras de energia elétrica será arcado pelos consumidores, nas contas de luz até 2025.

Em todo o país, a indenização deverá elevar as contas em média 7,17%, mas isso não significa que a conta ficará apenas 7,17% mais cara. O valor final do reajuste dependerá de outros fatores que interferem na tarifa e isso varia de acordo com cada distribuidora.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a estimativa da Aneel para a Light é que a distribuidora terá reajuste de 12,36% para todas as categorias de consumidores (residencial, comercial e industrial). A previsão para o aumento da tarifa residencial é de 8,55%.

Para convencer as transmissoras e momentaneamente diminuir a tarifa paga pelos consumidores, o governo afirmou que essas empresas teriam direito a indenizações futuras. Foi com base nessa premissa que muitas transmissoras decidiram aderir à proposta de renovação de contratos com receita menor.

O ínfimo barateamento das contas de luz em 2013, logo em seguida foi consumido a partir do tarifaço do governo anterior que chegou a aumentar a conta de luz em média 50% no país, chegando a 75% no Rio de Janeiro.

Desde 2012, quando foi apresentada a MP 579 (transformada em lei 12.783/2013), medida que teve como meta a redução das tarifas da Eletrobrás, permitindo a renovação das concessões

por mais 30 anos, impondo, no entanto, uma remuneração até 70% inferior pelo serviço prestado pelas 29 hidrelétricas que a estatal administra.

Nesse contexto, o valor dos ativos da Eletrobrás despencaram. E a empresa celebrou contratos em que se comprometia a vender energia elétrica a R\$ 10 o megawatt hora (MWh), preço 92,5% menor que a média de R\$ 120 praticada pelo setor hidrelétrico.

“Com a decisão de 2012, é possível ter o absurdo de uma usina de 1957 sendo obrigada a vender energia a US\$ 10/MWh e uma outra de 1958 vendendo energia a US\$ 100/MWh. O exemplo concreto é o da usina de Mascarenhas de Moraes, que apesar de ser mais antiga do que a usina de Furnas, escapando da MP 579, vende energia a R\$ 300/MWh até 2021. O mesmo ocorre com as linhas”, explicou o Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico (ILUMINA).

A redução do valor da conta de luz fracassou, consequentemente, com o sucateamento da empresa e a dependência da geração de energia das termoelétricas, cuja produção é mais cara e a Eletrobrás acumula desde então prejuízos bilionários.

A indenização favorece a Eletrobrás, pois a maioria das transmissoras que aderiram ao projeto compõem a estatal. Porém, o recurso que virá do bolso dos consumidores e não do governo federal para a as transmissoras do sistema Eletrobrás é pouco frente aos prejuízos causados.

Segundo a Aneel, em 2012, 92,1 % dos ativos de transmissão (mais de 57.000 km) foram afetados pela MP 579/2012. Isso não é um detalhe, pois é mais da metade das linhas do país. Mas, antes da MP, a transmissão pesava pouco numa conta de luz média.

De acordo com o Ilumina, em 2011, a estrutura percentual de fatura média era: Energia (kWh) – 31%, Transmissão – 5,7%, Distribuição – 26,5%, Encargos – 10,9%, Impostos – 25,9%. “Portanto, para quem queria a todo custo reduzir a



tarifa de energia, por que atacar um item que representa menos de 6%? E os impostos?”.

Os valores de indenização para a Eletrobrás no ano de 2012, caso fosse obedecida a contabilização registrada pelo governo através da Aneel seria de R\$ 8 bilhões para a Eletrobrás, de um total de R\$ 18,5 bilhões. “Ou seja, 44% do total. Isso significa que 56% dos ativos dos 57.000 km de linhas já tinham sido amortizados”.

Se o governo respeitasse o que estava contabilizado, auditado e aprovado pela ANEEL, seria possível reduzir os preços da transmissão em 64% e da geração em 74%. “Entretanto, a promessa de redução de 20% causou um grande estrago, pois não manteve um nível de preços que impactou o custo de operação de usinas e linhas. A tragédia não termina aí. Além desse custo bilionário, a Eletrobrás é hoje uma empresa totalmente fragilizada, com retornos negativos sobre o capital investido e sobre o patrimônio líquido”, explicou o Ilumina.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Presidente da comissão da Previdência quer proibir Anfip de divulgar dados que contestam o governo

Os deputados Carlos Marun (PMDB-MS), presidente da Comissão Especial da Reforma da Previdência, e Júlio Lopes (PP-RJ), membro da comissão, foram até o Planalto para fazer queixa contra a Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), com o objetivo de calar a entidade, que vem esclarecendo a população sobre os falsos dados informados pelo governo sobre o “déficit” na Previdência.

Segundo reportagem da *Época*, “os deputados querem que a Advocacia-Geral da União acione a Justiça para que a Anfip pare de divulgar tais informações. Eles alegam que a ‘contrainformação’ dificulta a tramitação do projeto no Congresso. O presidente Michel Temer ouviu a reclamação e ficou de pensar no assunto”.

As reclamações dos deputados são referentes a duas publicações sobre a Previdência Pública no Brasil: “Previdência: reformar para excluir?” e “PEC 287: A minimização da Previdência Pública”, que denunciam a verdade por trás dos números da seguridade social e desmascaram o mito do déficit sustentado pelo governo.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Reforma trabalhista: comissão define cronograma de audiências públicas

DATA: 7 DE MARÇO – terça-feira

TEMA: CENTRAIS SINDICAIS

Convidados:

ADILSON GONÇALVES ARAÚJO - Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS NETO - Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB

PAULO PEREIRA DA SILVA - Presidente da FORÇA SINDICAL

VAGNER FREITAS - Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT

RICARDO PATAH - Presidente da União Geral dos Trabalhadores - UGT

JOSÉ CALIXTO RAMOS - Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST

DATA: 8 DE MARÇO - quarta-feira

TEMA: CONFEDERAÇÕES PATRONAIS

Convidados:

JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR - Presidente da CNA

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS - Presidente da CNC

ROBSON BRAGA DE ANDRADE - Presidente da CNI

CLÉSIO SOARES DE ANDRADE - Presidente da CNT

TÉRCIO EGON PAULO KASTEN - Presidente da CNS

MAGNUS RIBAS APOSTÓLICO - Consultor da FEBRABAN



DATA: 9 DE MARÇO - quinta-feira

TEMA: DIREITO DO TRABALHO URBANO

Convidados:

JOÃO CARLOS MARCHESAN - Presidente da

ABIMAQ

CRISTIANO PAIXÃO ARAÚJO PINTO - Procurador
do Trabalho

JOSÉ PASTORE - Professor da Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade da
Universidade de São Paulo

ROBERTO PARAHYBA ARRUDA PINTO - Presidente
da Associação Brasileira de Advogados
Trabalhistas - ABRAT

LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO - Ministro
do Tribunal Superior do Trabalho

VÓLIA BOMFIM CASSAR - Desembargadora do
Tribunal Regional do Trabalho - 1ª Região

DATA: 14 DE MARÇO - terça-feira

TEMA: TRABALHO INTERMITENTE

Convidados:

PAULO SOLMUCCI - Presidente da Associação
Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL

ANTONIO GUIMARÃES - Presidente da Federação
Nacional das Empresas de Refeições Coletivas

FELIPE CALVET - Juiz do 8ª Vara do Trabalho de
Curitiba

JORGE LUIZ SOUTO MAIOR - Professor de Direito
do Trabalho da Universidade de São Paulo

LUIZ ANTONIO CAMARGO DE MELO - Procurador
do Trabalho

DATA: 15 DE MARÇO - quarta-feira

TEMA: TELETRABALHO

Convidados:

ÁLVARO MELO - Ex-presidente da Sociedade
Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades -
SOBRATT

WOLNEI TADEU FERREIRA - Presidente da
Sociedade Brasileira de Teletrabalho e
Teleatividades - SOBRATT

HUGO CAVALCANTI MELO FILHO - Juiz do Trabalho
do Tribunal Regional do Trabalho - 6ª Região

GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA - Presidente da
ANAMATRA

GABRIELA NEVES DELGADO - Professora e
Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Trabalho e
Constituição" da Universidade de Brasília

HILDETE PEREIRA DE MELO - Vice-presidente da
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho

DATA: 16 DE MARÇO - quinta-feira

TEMA: PL 6787/16 – Reforma Trabalhista

Convidados:

DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES - Ministra do
Tribunal Superior do Trabalho

LUIZ ANTONIO COLUSSI - Diretor de Assuntos
Legislativos da ANAMATRA

HÉLIO ZYLBERSTAJN - Professor da Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade da
Universidade de São Paulo

THAIS MENDONÇA ALELUIA DA COSTA - Juíza do
Trabalho do TRT - 5ª Região

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)